**Punitivismo, racismo ambiental e crise climática: o cárcere como território de risco**

Bruna Stéfanni Soares de Araújo[[1]](#footnote-0)

Fernando Cerri Costa[[2]](#footnote-1)

**Resumo**

O presente trabalho visa discutir como o sistema prisional brasileiro reproduz lógicas de racismo ambiental em sua constituição agravadas pela crise climática em andamento. Dessa forma, é importante realizar uma discussão sobre como o punitivismo e o encarceramento como forma de punir são fundamentados pela ideologia colonial que promove a inferiorização, desumanização e genocídio dos diversos grupos populacionais originários e diaspóricos, em que os sujeitos são expropriados dos territórios e os territórios expropriados para outros sujeitos (FERDINAND, 2022). Nessa toada, a criminalização se estabelece como forma de controle colonial da população subalternizada, em que a subjugação de sujeitos e do meio ambiente se constrói de forma entrelaçada. Nesse sentido, o sistema prisional brasileiro e seus diversos cenários passam a ser espaços construídos para a permanência e contenção desses sujeitos sob controle penal forjado pela colonialidade, se constituindo como lugares de agravamento de racismo ambiental e mais vulneráveis aos efeitos decorrentes das mudanças climáticas. Através de discussão teórica e pesquisa em documentos, como relatórios oficiais, matérias jornalísticas e bases de dados, o presente trabalho explora as relações entre punitivismo, racismo ambiental e a crise climática e aponta que as situações de risco tanto dentro quanto fora do cárcere, afetam as populações que já sofrem com a injustiça ambiental. Assim, a crise climática exacerba o racismo ambiental presente nos territórios rurais e urbanos, inclusive no sistema prisional, intensificando as condições de risco existentes.

**Palavras-chave:**

Racismo ambiental; mudanças climáticas; sistema prisional; risco.

1. Professora Adjunta do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraíba. Doutora em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília. Mestra em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba. É coordenadora de projetos de pesquisa e extensão em âmbito do LAPSUS, laboratório de pesquisa e extensão em subjetividade e segurança pública e NEP - núcleo de extensão popular flor de mandacaru. Pesquisa temas relacionados ao Sistema de Justiça Criminal e suas intersecções com raça e gênero. [↑](#footnote-ref-0)
2. Doutorando em Desastres Naturais pela UNESP, Mestre em Ciência e Tecnologia Ambiental e Engenheiro Ambiental. Pesquisa temas dentro das áreas de mudanças climáticas e gestão de risco de desastres. Atualmente é engenheiro ambiental do Município de Suzano-SP. [↑](#footnote-ref-1)